



...continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A** em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de

continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 11 de março de 2026.

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7
Otávio Lopes Rodrigues - Contador CRC 1SP-332900/O-1
Emerson Fabri - Contador CRC 1SP-236656/O-6

Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2025

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
• https://jornalempresanegocios.com.br/publicidade_legal
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 06 de março de 2026, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)	
Ativo	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2025
Circulante e Não Circulante	19.846.347	Circulante e Não Circulante	17.770.577
Disponibilidades	6.922	Depósitos	2.981.893
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	108.930	Depósitos à Vista	15.819
Aplicações no Mercado Aberto	108.930	Depósitos Interfinanceiros	2.966.074
Títulos e Valores Mobiliários	24.810	Relações Interfinanceiras	9.313.294
Carteira Própria	24.810	Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	27.232
Operações com Característica de Concessão de Crédito	18.231.007	Demais Provisões	82.943
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos (Provisão para Perda de Crédito Esperada)	20.826.260 (2.595.253)	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	76.038
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	1.283.816	Obrigações Fiscais Correntes	73.618
Ativos Fiscais Correntes	14.788	Obrigações Fiscais Diferidas	2.420
Ativos Fiscais Diferidos	1.269.028	Outros Passivos	5.289.177
Outros Ativos	190.862	Patrimônio Líquido	2.122.697
Permanente	46.927	Capital Social	1.867.503
Imobilizado	10	Reservas de Capital	9.868
Outras Imobilizações	8.540	Reservas de Lucros	245.326
(Depreciações Acumuladas)	(8.530)		
Intangível	46.917		
Ativos Intangíveis	212.149		
(Amortização Acumulada)	(165.232)		
Total do Ativo	19.893.274	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	19.893.274

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal
			Estatutária
			Lucros / (Prejuízos) Acumulados
			Total
Saldos em 01/07/2025	1.759.003	9.868	4.712
Aumento / (Redução) de Capital	108.500	--	--
Total do Resultado Abrangente	--	--	--
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	334.978
Destinações:			
Reservas	--	--	16.749
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	210.329
Saldos em 31/12/2025	1.867.503	9.868	21.461
Mutações do Período	108.500	--	16.749
Saldos em 01/01/2025	1.682.002	9.868	--
Aumento / (Redução) de Capital	185.501	--	--
Total do Resultado Abrangente	--	--	--
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	513.188
Destinações:			
Reservas	--	--	21.461
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	223.865
Saldos em 31/12/2025	1.867.503	9.868	21.461
Mutações do Período	185.501	--	223.865

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12/2025 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (LUIZACRED ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a emissão, administração e comercialização de cartões de crédito, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor.

As operações da LUIZACRED são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelos órgãos de governança em 06 de março de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2b) - Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

1 - Aplicáveis para Períodos Findo de 31 de dezembro de 2025

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

Na LUIZACRED, as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no patrimônio líquido na adoção inicial. Em relação a perda esperada associadas ao risco de crédito, houve uma redução no Ativo de R\$ (809.638), referente a Perda de Crédito Esperada de Operações com Característica de Concessão de Crédito em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ (485.784), líquido de efeitos fiscais.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

1 - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Demonstrado no Balanço Patrimonial em Títulos e Valores Mobiliários.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.
- Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.
- Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de default (PD) de 100%.

II - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato. As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito

A carteira de Operações de Crédito é classificada como custo amortizado e composta principalmente por pessoas físicas no montante de R\$ 20.826.260, sendo o valor justo dessas operações o montante de R\$ 20.826.260. Do total, R\$ 19.373.285 estão classificados no circulante e R\$ 1.452.975 no não circulante e estão distribuídas da seguinte forma: R\$ 16.260.291 no estágio 1, R\$ 2.414.164 no estágio 2 e R\$ 2.151.805 no estágio 3. A classificação das provisões para perda de crédito esperada é: R\$ (456.944) no estágio 1, R\$ (725.185) estágio 2 e R\$ (1.440.356) estágio 3.

No período, foram baixadas operações com característica de concessão de crédito (Write-Off) no montante de R\$ (2.448.593), em razão da ausência de expectativa razoável de recuperação.

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (27.232).

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 1.448.111 são de operações renegociadas, das quais 73,1% referem-se a operações reestruturadas.

Publicidade Legal

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO DATADAS E AUTENTICADAS, SEM MARGEM PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR DO CONTEÚDO DIVULGADO. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

LUZ

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D73F-FD3E-B7A0-115E> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D73F-FD3E-B7A0-115E



Hash do Documento

2878582CF4A8DD61D6DD7BDA7D10AE7451888CE16AC2DB0B113C8858F1D0C689

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 13/03/2026 20:23 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.4

AC: AC Certisign RFB G5

